



O PROCESSO DE INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA VISUAL NAS AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA EM UMA ESCOLA PÚBLICA DO INTERIOR DO MARANHÃO

Isaque Pereira dos Santos¹
Eryka Vitoria Nascimento Fernandes²
Vitor Emanuel Santana Silva³
Denise Alves Cardoso⁴
Claudia Lucia Alves⁵

RESUMO

O presente trabalho investiga o processo de inclusão do aluno com deficiência visual nas aulas de Língua Portuguesa na Escola Municipal Morada do Sol. A pesquisa aborda a forma como a escola tem lidado com os desafios da inclusão, especialmente no contexto específico das aulas de Língua Portuguesa, considerando as necessidades e particularidades desse grupo de alunos. O referencial teórico desta pesquisa baseia-se em conceitos de Educação Inclusiva. São exploradas teorias que abordam o processo de inclusão escolar, os desafios enfrentados pelos alunos com deficiência visual e as estratégias pedagógicas para promover sua participação efetiva nas aulas de Língua Portuguesa. Quanto à metodologia, adota-se uma abordagem qualitativa com estudo de caso, envolvendo análise de discurso e conteúdo dos dados coletados, aplicação de questionário no *google forms* com professores, leitores e alunos com deficiência visual, além de observação direta em sala de aula envolvendo análise do discurso e conteúdo dos dados coletados. Este trabalho está embasado em teóricos como Mazzota (2011), Costa (2020), Libâneo (1994), Santos Filho (2000), Mantoan (2003), dentre outros.

Palavras-chave: Deficiência visual, Inclusão escolar, Escola pública, Língua Portuguesa.

INTRODUÇÃO

O último Censo Escolar, realizado em 2023, divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) revelou um crescente número de matrículas do público-alvo da educação especial (PAEE). Os dados levantaram um número de 1,8 milhão de matrículas, totalizando uma porcentagem de 3,7% das matrículas no ensino básico. Não parece tão significativo, mas, se comparado há 15 anos, tinha-se apenas 1,2%, o que totalizava apenas 640 mil matrículas, conforme mostram os dados levantados.

Esse quantitativo representa um grande avanço nos caminhos para uma educação mais inclusiva. Todavia, muitas crianças e jovens ainda vivem situações de segregação escolar, separados em salas “especiais” e sem acesso a escolas especializadas em suas especificidades e necessidades. E mesmo esse percentual que já está inserido no espaço escolar ainda está à mercê de determinados percalços. A falta de investimento em formação continuada para os professores, a escassez de tecnologias necessárias para desenvolver melhor o trabalho de base com esses alunos, bem como a fragilidade das práticas metodológicas no ensino da leitura e escrita da Língua Portuguesa - especialmente para os alunos com deficiência visual – acabam dificultando a permanência e até mesmo a formação desses estudantes.

Diante das reflexões apresentadas, a presente pesquisa busca responder à seguinte pergunta: quais são as práticas didático-metodológicas utilizadas pelo professor de Língua Portuguesa para incluir os alunos com deficiência visual? Conforme André Lázaro, diretor de políticas públicas da Fundação Santillana, os indicadores de repetência e evasão escolar ocorrem de forma mais acentuada entre os alunos que têm algum tipo de deficiência. Daí a necessidade de programas e políticas voltadas para a preparação do professor do ensino básico, justamente porque os moldes arcaicos e tradicionais não mais abrangem as necessidades dos educadores tendo em vista as demandas que chegam à sala de aula. É preciso que se pense em metodologias reflexivas e práticas pedagógicas que promovam uma cultura inclusiva dentro da escola.

O referencial teórico da presente pesquisa conta com diversos autores, destacaremos alguns a seguir, os quais fomentam a importância de uma educação inclusiva e crítica, inspirada em Paulo Freire (2011), que promove a autonomia do educando através do diálogo e da valorização de seus saberes, rompendo com a educação bancária. Charlot

(2013), que enfatiza a influência do contexto e das experiências na aprendizagem, reforçando a necessidade de uma abordagem educacional adaptada e inclusiva. Libâneo (1994), esse sugere que o professor atue como facilitador, fomentando o pensamento crítico e a autonomia.

Para alunos com deficiência visual, essa autonomia é essencial, exigindo metodologias e materiais acessíveis, como o braile e tecnologias assistivas. Historicamente, a educação especial evoluiu de práticas segregadas para políticas inclusivas, marcadas pela LDB de 1996 e a LBI de 2015, que garantem direitos e recursos para a inclusão efetiva. Estratégias pedagógicas sensíveis promovem um ambiente onde a diversidade é reconhecida, valorizando o potencial de todos, especialmente com a adaptação curricular e a formação contínua dos educadores.

Dessa forma, a pesquisa visa, de uma forma geral, investigar o processo de inclusão do aluno com deficiência visual nas aulas de Língua Portuguesa em uma escola pública de ensino fundamental. De forma específica, os objetivos incluem: a) observar o ensino de língua portuguesa para o aluno com deficiência visual; b) identificar as estratégias didático-metodológicas utilizadas pelo professor de Língua Portuguesa para promover a inclusão e acessibilidade de alunos com deficiência visual; c) descrever as estratégias metodológicas utilizadas pelo professor de Língua Portuguesa e sua contribuição para o desenvolvimento do ensino-aprendizagem de alunos com deficiência visual.

A motivação para desenvolver este estudo surgiu, inicialmente, depois da disciplina de Educação Especial e Inclusiva, ministrada pela professora Cláudia Lúcia Alves, no Curso de Letras da Uemasul. Seguida pela participação no curso de braile básico oferecido pelo Setor de Inclusão e Atenção à Diversidade (SIADI). O período de duração dessa experiência possibilitou a observação e constatação dos desafios enfrentados pelos profissionais envolvidos no ensino-aprendizagem dos alunos com deficiência visual, tanto o professor de LP quanto o leitor.

PERCURSO METODOLÓGICO

Nesta seção, apresenta-se os caminhos da pesquisa, a qual se constitui em uma abordagem qualitativa do tipo descritiva, a partir de um estudo de caso. Utilizou-se, como técnica de recolha de dados, observação direta na escola-campo de pesquisa, aplicação de

questionários estruturados e abertos, direcionados à gestão escolar, aos professores e aos ledores. Também, como procedimento de construção dos dados, realizou-se uma entrevista semiestruturada com a ledora da escola.

A pesquisa qualitativa, como bem define Santos Filho (2000) trata-se de um método de investigação que busca compreender e interpretar os fenômenos sociais a partir de uma perspectiva abrangente e contextualizada. Segundo o autor, esse enfoque de pesquisa se caracteriza pela ênfase na subjetividade, na complexidade e na diversidade dos dados coletados, priorizando a profundidade sobre a amplitude. Essa abordagem também permite uma análise mais detalhada das práticas pedagógicas e das estratégias de ensino que são mais eficazes para atender às necessidades específicas do público-alvo da presente pesquisa.

O espaço da pesquisa deu-se na Escola Municipal Morada do Sol, localizada na cidade de Imperatriz-MA. As turmas escolhidas foram as do 9^a A e B, cujas observações ocorreram especificamente nas aulas de Língua Portuguesa. Inicialmente foi feita a observação em sala de aula, a fim de verificar como as aulas eram ministradas e quais metodologias inclusivas eram utilizadas direcionadas aos alunos com deficiência visual. Em seguida, aplicamos o questionário no *Google Forms* com a ledora, a professora de LP e a gestão escolar.

A coleta/construção dos dados teve duração total de duas semanas. Nesse período foram feitas a observação direta, a aplicação do questionário e entrevista semiestruturada.

PERSPECTIVAS E DESAFIOS DO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL EM TURMAS DE 9º ANO

O ato de promover uma educação inclusiva na sala de aula requer do professor uma sensibilidade apurada e um olhar atento para compreender os diversos contextos e especificidades de cada aluno, bem como as condições favoráveis para que os alunos tenham acesso aos materiais que serão confeccionados e utilizados. É interessante que os materiais sejam produzidos, portanto, pensando exclusivamente nas necessidades desses alunos com o intuito de incluí-los.

Assim dizendo, é necessário que os textos e livros sejam disponibilizados em braile. Do mesmo modo, as demais adaptações necessárias podem ser feitas por meio da impressora braile, pelo uso da reglete e punção, dentre outros recursos. Outro recurso

elementar no contexto da inclusão em sala é audiodescrição. Esse tipo de recurso fornece as informações do visível (imagem e contexto) e pode ser utilizada em qualquer situação com informações visuais.

Dito isto, dirigimos o olhar para a Escola Municipal Morada do Sol, uma escola pública em Imperatriz – MA, localizada em um bairro periférico. Em diálogo com a gestora pedagógica, questionamos a respeito das políticas internas da escola e da fomentação pública em relação à garantia da inclusão e o suporte adequado para os alunos com deficiência visual. A gestora enfatizou que apesar de uma grande parte dos professores terem formações continuadas pelo SIADI e a presença de duas ledoras para atender o aluno com baixa visão e a aluna com cegueira total, a escola ainda necessita superar algumas barreiras estruturais, bem como necessita de recursos para investir mais e melhor em tecnologias assistivas.

Por outro lado, apesar das dificuldades enfrentadas, principalmente no que diz respeito à falta de recursos e condições precárias de instalação da própria instituição, a gestora pedagógica ressalta que o contato constante com a família dos alunos citados anteriormente é essencial para averiguar se o nível de aprendizagem está satisfatório, bem como a qualidade do trabalho prestado pelo ledor. No questionário aplicado à gestão pedagógica é feita a seguinte pergunta: “de que maneira a escola busca colaborar com as famílias dos alunos com deficiência visual para apoiar o desenvolvimento educacional deles?” A resposta da gestora omite o papel do professor nesse processo e cita somente o ledor. Esse dado implica na isenção e/ou pouca participação do professor na elaboração de metodologias inclusivas no ensino para os alunos com deficiência visual, uma vez que essa responsabilidade acaba quase completamente concentrada nas mãos do ledor.

No que tange à leitura e produção de atividades da aluna com cegueira, a ledora é responsável por grande parte desse trabalho. Em atividades de leitura, sejam elas do livro didático ou de materiais impressos, a ledora faz a leitura, pois a aluna é alfabetizada na Língua Portuguesa. Já em relação às atividades, a aluna as realiza em braile, quando prontas, a ledora ocupa-se da transcrição para a Língua Portuguesa, somente depois desse procedimento é que as atividades são entregues para a professora.

A ledora também realiza a audiodescrição, quando necessário, especialmente neste ano letivo, no qual os livros em braile não foram enviados à escola até o momento. Por esse motivo, a aluna está utilizando os livros comuns para todos os alunos. Diante

disso, a ledora optou por colocar a legenda em braille nas capas para que a estudante pudesse localizar os livros com mais facilidade. Assim, com a falta dos livros em braille, a ledora exerce a leitura em sala de aula de todos os textos e atividades contidas nos referidos materiais.

Em relação às necessidades do aluno que tem baixa visão, a ledora trabalha diretamente com a transcrição das atividades e a repetição oral daquilo que está no quadro, bem como realiza a audiodescrição de imagens, quando necessário. No que concerne ao encargo docente no processo de inclusão em sala de aula, notamos que a professora de LP se esforça para interagir com ambos os alunos que têm deficiência visual e tem a diligência de incluí-los nas atividades. Em contrapartida, percebemos pouca preocupação em, de fato, elaborar materiais específicos para se obter mais eficácia na transmissão dos conteúdos, visto que é a ledora quem acaba se ocupando, na maior parte do tempo, de repassar o conteúdo – que não é de seu domínio - para os alunos com deficiência visual, principalmente para a aluna com cegueira total.

Durante o período de observação, percebemos que a interação principal e o cuidado primário em relação à participação, envolvimento nas atividades, adaptação de materiais está totalmente sob encargo da ledora, pois a escola não possui um profissional em Atendimento Educacional Especializado para realizar essa parceria, e tampouco uma sala de AEE. Outrossim, o mau comportamento dos alunos prejudica em demasia o trabalho das ledoras, principalmente quando se trata da realização de leituras, ditados e audiodescrição, pois os alunos não respeitam o professor, tampouco se sensibilizam para com os colegas que têm deficiência visual.

Dito isto, outra problemática se apresenta: a socialização desses alunos. Na entrevista com a ledora, questionamos a respeito do processo de socialização de ambos os alunos. A resposta obtida se opõe ao que deveria ser um espaço inclusivo e saudável. Embora não haja nenhum problema que se configure como *bullying* ou de qualquer natureza discriminatória – pelo menos naquilo que pudemos observar -, ambos convivem com o isolamento. Durante o intervalo eles não interagem muito com os demais colegas, nem o contrário ocorre. A menos que ocorra um trabalho em grupo ou algo dessa natureza é que acontece uma mínima interação entre a turma e eles.

Observamos, também, que algumas atividades audiovisuais propostas pela professora de LP, como vídeos, não contemplavam o aluno com baixa visão, e até mesmo os

alunos com a visão regular possuíam dificuldade de visualizar e ouvir o que estava sendo transmitido, devido à baixa qualidade de som e imagem do projetor que estava sendo utilizado; fator este que solidifica a fala da gestora pedagógica em relação à falta de recursos tecnológicos de qualidade. Em função disso, as possibilidades de a professora trabalhar de maneira mais assertiva são limitadas, principalmente pela falta de recursos e materiais apropriados. Nesse caso, é dever da professora, junto à gestão pedagógica, avaliar as variedades/possibilidades de transmitir um determinado conteúdo, a fim de que nem os alunos com deficiência visual nem os alunos videntes sejam prejudicados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi discutido nos tópicos anteriores a respeito do processo de inclusão do aluno com deficiência visual nas aulas de língua portuguesa em uma escola pública de Imperatriz – Maranhão, caminhamos para as considerações finais desse estudo.

Nessa perspectiva, a princípio, traçamos um percurso histórico da educação especial e inclusiva na perspectiva do atendimento ao deficiente visual até a promulgação das leis que dão seguridade a esse público. Delineamos também um panorama de estratégias pedagógicas que dialogam com a necessidade dos alunos com deficiência visual. De igual modo, discorreremos sobre o ensino da Língua Portuguesa atrelada à inclusão do aluno com deficiência visual.

Buscamos compreender, dessa forma, como o processo de ensino-aprendizagem já estava se dando dentro do espaço da Escola Morada do Sol, tendo em vista a necessidade de acompanhamento e auxílio visual/imagético dos alunos com deficiência visual. Desse modo, discutimos sobre as fragilidades das práticas metodológicas utilizadas, devido aos fatores já comentados anteriormente, que são, em sua grande maioria, relacionadas à falta de recursos e investimentos, como também do anseio de querer possibilitar novas dinâmicas e não ter os instrumentos necessários para tal.

Como principais resultados, pudemos constatar que o ano letivo vigente, por exemplo, trouxe consigo a falta do envio de livros em braile por parte do governo. Esse problema acarreta um empecilho não só autonomia da aluna, uma habilidade que é tão rica no processo socioeducacional das pessoas com deficiência visual, como também impede a absorção adequada dos conteúdos de Língua Portuguesa. Além de sobrecarregar a ledora.

Ao longo da pesquisa também foi possível constatar que o papel do professor e as estratégias utilizadas por ele no ensino de Língua Portuguesa para alunos com deficiência visual é moderado considerando que o encargo principal fica sob o cuidado das ledoras. Dessa forma, quer seja pela sobrecarga da jornada de trabalho e, conseqüentemente, falta de tempo; quer seja pela praticidade que lhe agrega o fato de ter a presença do ledor na sala de aula, consideramos que essas práticas promovidas pelo professor de LP são quase escassas. Tal verificação nos permite declarar que as atribuições exercidas pelo ledor são mais significativas e metodologicamente diversas na prática educacional do que o papel do próprio professor ao transmitir o conteúdo de forma direta.

Dessa maneira, os resultados obtidos indicam que as práticas metodológicas despendidas pelo professor de LP são limitantes no ensino-aprendizagem dos alunos com deficiência visual. Logo, o desempenho que ambos os alunos obtêm advém muito mais da incumbência das ledoras. Trata-se de um comportamento tão enraizado, a ponto de a gestora sequer mencionar a responsabilidade do professor na aprendizagem de ambos alunos, especialmente da aluna com cegueira total. Como se somente a ledora e a família fossem agentes educacionais desse público.

Assim sendo, observamos que práticas metodológicas exercidas em sala de aula no intuito de promover a inclusão são de extrema importância para oportunizar o que assegurar a Constituição sobre o direito à educação de qualidade.

Ainda que esta pesquisa tenha apresentado algumas limitações, como o período destinado à observação, o qual foi relativamente curto, e a restrição da amostra utilizada, reduzida à uma escola apenas, consideramos que os resultados podem contribuir com o avanço científico da área. Nesse sentido, argumentamos que este estudo traz contribuições no sentido de refletir sobre a realidade específica de uma escola pública localizada em bairro periférico de um centro urbano, enfocando a inclusão escolar e os desafios enfrentados.

Identificamos as principais barreiras para os alunos, como a falta de materiais adaptados, infraestrutura inadequada e a carência de formação específica dos professores. Além disso, o estudo pretende estimular o desenvolvimento de práticas pedagógicas com os mais diversos recursos, tornando as salas de aulas mais inclusivas e contribuir para fomentação da formação continuada dos professores, oferecendo o suporte necessário para tornar o ensino mais inclusivo e acessível.

Dessa forma, mais do que apenas querer tornar inclusiva a sala de aula, é preciso genuinamente querer transformar o próprio fazer pedagógico, compreendendo as limitações dos alunos com deficiência visual e as deficiências em geral, para, assim, projetar uma educação de qualidade e com equidade, na qual os objetivos principais são a acessibilidade e a inclusão.

Diante do exposto, consideramos que nosso objetivo de pesquisa foi alcançado e sugerimos a realização de estudos futuros que contemplem um maior número de escolas e com um período de observação mais extenso, como também a verificação da percepção dos estudantes sobre o impacto das metodologias utilizadas em suas práticas de aprendizagem.

REFERÊNCIAS

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber às práticas educativas** / Bernard Charlot - 1. ed. - São Paulo: Cortez, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa** / Paulo Freire, São Paulo, Paz e Terra, 2011.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MAZZOTTA, Marcos J. S. **Educação Especial no Brasil: História e Políticas Públicas** / Marcos J. S. Mazzotta. – 6. Ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS FILHO, J. A. **Metodologia da pesquisa científica**. Edições Loyola, 2000.

SASAKI, Romeu. K. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA Editora, 1997.